



**CONSELHO DA
UNIÃO EUROPEIA**

**Bruxelas, 26 de janeiro de 2012 (30.01)
(OR. en)**

5493/12

COPEN 11

NOTA

de:	Representante Permanente da Finlândia junto da União Europeia
para:	Rafael Fernández-Pita y González, Diretor-Geral Adjunto, Conselho da União Europeia
data de receção:	11 de janeiro de 2012
Assunto:	Decisão-Quadro 2008/909/JAI do Conselho relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sentenças em matéria penal que imponham penas ou outras medidas privativas de liberdade para efeitos da execução dessas sentenças na União Europeia – Notificação da aplicação da legislação da UE pela Finlândia

Legislação notificada:

Decisão-Quadro 2008/909/JAI do Conselho relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sentenças em matéria penal que imponham penas ou outras medidas privativas de liberdade para efeitos da execução dessas sentenças na União Europeia.

Legislação nacional relativa à aplicação da decisão-quadro:

1169/2011

Ato relativo à aplicação a nível nacional da legislação abrangida pelo âmbito da decisão-quadro relativa à transferência de pessoas condenadas na União Europeia e aplicação da decisão-quadro (1169/2011).

1170/2011

Ato relativo à aplicação a nível nacional da legislação abrangida pelo âmbito da decisão-quadro relativa às medidas de liberdade condicional e das sanções alternativas na União Europeia e aplicação da decisão-quadro (1170/2011).

1173/2011

Ato que altera o Capítulo 31, n.º 9, alínea b), do Código do Processo Civil (1173/2011).

Aplicação nas Ilhas Åland

A legislação acima referida aplica-se automaticamente nas Ilhas Åland.

1. Notificações exigidas no âmbito da Decisão-Quadro 2008/909/JAI

Autoridades competentes (artigo 2.º, n.º 1)

A autoridade competente para decidir do envio de uma sentença e de uma certidão para outro Estado-Membro, conforme referido na Decisão-Quadro, e da aplicação de uma sentença e de uma certidão enviadas para a Finlândia, é o serviço administrativo central da Agência das Sanções Penais.

Todavia, se a sentença disser respeito a uma medida privativa de liberdade diferente de uma pena privativa de liberdade, a autoridade competente é o Ministério da Justiça.

Os tribunais distritais são as autoridades competentes para decidir confirmar uma decisão, tomada por um funcionário autorizado, sobre a detenção provisória referida no artigo 14.º da Decisão-Quadro e, no caso referido no artigo 18.º, n.º 2, alínea f), receber o consentimento da pessoa sujeita a procedimento penal, condenada ou privada de liberdade na Finlândia por um ato cometido antes da sua transferência diferente da infração pela qual a pessoa foi transferida para a Finlândia.

Nas circunstâncias referidas no artigo 8.º, n.ºs 2 e 3, da Decisão-Quadro, a autoridade competente para decidir adaptar a sentença é o Tribunal Distrital de Helsínquia. Este tribunal é além disso competente para decidir afastar-se da regra da especialidade relativa ao consentimento a que se refere o artigo 18.º, n.º 2, alínea g), da Decisão-Quadro.

A autoridade competente para decidir sobre o trânsito, em conformidade com o artigo 16.º da Decisão-Quadro, é o Ministério da Justiça.

Línguas (artigo 23.º)

A Finlândia aceitará a certidão referida no artigo 4.º da Decisão-Quadro ou uma tradução em finlandês, sueco ou inglês. A autoridade competente para a execução pode igualmente aceitar uma certidão emitida noutra língua, desde que não haja qualquer outro obstáculo à sua aceitação.

Relação com outros acordos e convénios (artigo 26.º, n.ºs 2 e 3)

O ato sobre a cooperação entre a Finlândia e outros Estados Nórdicos relativo à execução das condenações em matéria penal (326/1963) continuará a aplicar-se sem prejuízo desta Decisão-Quadro (foi dada anteriormente notificação deste facto, conforme exigido no artigo 26.º, n.º 4, da Decisão-Quadro).